Ata de Reunião

Ao oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro às treze horas e quarenta minutos (13h40), reuniram-se na Sala de Situação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística os membros do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Rosalina Gomes dos Santos/Benzedeira/Titular, Ana Maria dos Santos/Benzedeira/Suplente, Tatiane Iovanovitchi/Cigana/Titular, Marisa da Silva Galvão/Cigana/Suplente, Nardi Casanova Terezinha/Cigana/Suplente, Suely Alipio dos Santos/Cipozeira/Titular, Serli Salvador/Cipozeira/Suplente, Laysmara Carneiro Edoardo/Povos de Terreiro/Titular, Josianne D'agostini/Povos de Terreiro/Suplente, Silvana Rodrigues Quintilhano/Povos de Terreiros/Titular, Ednamar Costa de Almeida/Povos de Terreiro/Suplente, Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves/Faxinalenses/Titular, João Araujo dos Santos/Faxinalenses/Suplente, Gilmar Henrique de Lima/Faxinalenses/Titular, Conceição Vieira Ramos Constante/Caiçaras/Titular, Aorelio Domingues de Borba/Caiçaras/Suplente, Claudio de Andrade Corrêa/Pescador Artesanal/Titular, Marcelino de Borba Neto/Pescador Artesanal/Suplente, Jean Gonçalves Barreto/Quilombola/Titular, Laura Rosa de Lima/Quilombola/Suplente, Rosemary Ferreira da Silva/Quilombola/Titular, Claudia Ferreira Santos Rocha/Quilombola/Suplente, Misael Jeferson Nobre/Ilhéus/Titular, José Ribeiro da Silva/Ilhéus/Suplente, Rosangela Darli Garcia do Santos/Ilhéus/Titular, Ailton Ferreira de Oliveira/Ilhéus/Suplente, Willian Frank Doenea/Ribeirinhos/Titular e Neide Aparecida Ruela/Ribeirinhos/Suplente. **Conselheiros do Poder Público:** Ellen Cunha do Nascimento/SEEC/Titular, Aloísio Justino do Nascimento/SEDEF/Titular, Silberto Cardoso/SEDEF,Suplente, Sandra Aparecida da Silva/SEED/Titular, Gustavo Henrique Mussi Augusto/CC/Titular, Jane Cristina Lobato Vasques/SEJU/Titular, Felipe Kamaroski/SEMIPI/Titular, Lucimar Pasin de Godoy/SESA/Titular, Josil do Rocio Voidela Baptista/SETR/Titular. Online: Isabel Modesto/SETI/Suplente, Marilei de Fatima/Faxinalenses/Titular, Marluce Costa/SESP/Suplente, Rafael Bodot/MPPR, Daniel Andreatta/SEDEF/Suplente, Nara Lucia/SEDEST/Titular, Thamisis/CONAB, Luiz Faraco/ICMBio, Rodrigo/ CONAB, Ana Carolina/MP. Convidados: Camile/DEPE, Tatiani/DIRPCT, Marcia/COPCT, Ana Olímpia/COPCT. Secretária Executiva Hayanne Iovanovitchi.

Pautas: 1. Boas-vindas e apresentação do Presidente; 2. Central de viagens; 3. Recomposição das comissões permanentes; 4. Criação da comissão de Revisão do Regimento Interno; 5. Criação de comissões de acompanhamento de CPLI (Travessia Ilha do Mel, Aforamento e Plano de Uso de Solo da Ilha do Mel); 6. Eleição Vice-Presidente; 7. Curso de formação para conselheiros; 8. Programa do artesanato brasileiro; 9. ICMS – Faxinalenses; 10. Ação AIFA; 11. Acesso a energia – Pescadores artesanais do litoral. O **Presidente Gustavo Mussi**, inicia a reunião com as boas-vindas. Destaca que se inaugura agora uma fase de construção das demandas de políticas públicas discutidas na Conferência. A Conferência foi e deve

ser um espaço de fala da sociedade civil e o Conselho um espaço de construção paritária. Menciona sua fala na diplomação realizada pela manhã a respeito da valorização dos PCTs e das solicitações de cada segmento. Esclarece algumas pautas superficialmente, o curso de conselheiros e a revisão do regimento interno com relação a lei que foi alterada. Passa a palavra para a Secretária Executiva do CEPCT/PR. A **Secretária Executiva** se apresenta e inicia a chamada para verificação de quórum. Verificado o quórum, a Secretária passa a palavra ao Presidente que inicia a leitura e aprovação das pautas da reunião, informando que caso haja solicitação de inclusão de pautas, elas serão deixadas para o final da reunião de acordo com o tempo disponível. **Laysmara/Povos de Terreiro** questiona se a eleição é só de vice-presidente ou se existe a previsão de eleição de mesa no regimento interno. O presidente explica que no regimento é previsto uma não-mesa e sim uma comissão executiva, que nunca foi levado na prática, e consiste na inclusão de mais um secretário que pode ser eleito. **Misael/Ilhéus** se posiciona a favor da eleição do vice-presidente e de uma nova mesa. O **Presidente** solicita que discussão seja feita no momento dessa pauta. **Laysmara/Povos de Terreiro** solicita a alteração do ponto de pauta 6 de Eleição do Vice-Presidente. O debate e a possível alteração será feita quando chegar a pauta 6. **Ana Maria/Benzedeira** pergunta como ficou o andamento da pauta do tombamento das igrejinhas de Rebouças. A **Secretária Executiva** informa que foi encaminhado o ofício de solicitação antes da Conferência, e na próxima reunião serão encaminhados os protocolos para as comissões. **Misael/Ilhéus** solicita a inclusão do ponto de pauta de resposta da COPEL de solicitação de acesso à energia por meio de placas solares dos Ilhéus. **Marcelino/Pescadores Artesanais** sugere a inclusão da pauta de regularização fundiária de pescadores artesanais. O **Presidente** pergunta se a inclusão da pauta é para um caso específico ou de maneira geral. **Laysmara/Povos de Terreiro** sugere que seja incluído uma pauta de explicação de como funciona o Conselho para os novos conselheiros. A **Secretária Executiva** explica que é necessário aprovar as pautas para que possa ser discutido uma a uma. **Jean/Quilombolas** sugere de ser incluída da regularização fundiária das comunidades quilombolas. A **Secretária Executiva** sugere de juntar a pauta do Marcelino com a do Jean, pois se trata de um mesmo assunto. Encerrada as sugestões com as pautas da reunião aprovadas. **Inclusão de pauta: 1. Resposta da COPEL referente ao acesso de energia solar dos Ilhéus. 2. Regularização fundiária de pescadores artesanais e das comunidades quilombolas.** O **Presidente** inicia um informe sobre o curso de conselheiros que será realizado em novembro e faz uma breve explicação sobre o funcionamento do Conselho. Explica que o Conselho é como uma câmara de debate que toma decisões. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** esclarece que é uma forma da sociedade civil debater junto ao Governo as políticas públicas e demandas dos segmentos. **Laysmara/Povos de Terreiro** complementa dizendo que o Conselho não trabalha sozinho e não pode resolver as demandas por conta, mas ainda sim é um espaço de debate e participação da sociedade civil. O **Presidente** expõe que acaba sendo também um espaço de ação do Governo, já que os conselheiros do poder público têm abertura

para propor dentro das ações que estão acompanhando. O Conselho recolhe as demandas e leva para o Governo operar as políticas públicas. A **Secretária Executiva** explica qual o funcionamento das reuniões do Conselho, em que geralmente a reunião acontece em dois dias, no primeiro dia na parte de manhã a reunião da sociedade civil isolada e do poder público isolada e no período da tarde a reunião das comissões que serão montadas hoje. Já no segundo dia é realizada a plenária, em que as questões são aprovadas e encaminhadas por todos. As demandas são discutidas nas comissões e após, trazidas para a plenária. O **Presidente** segue para a pauta da Central de Viagens. **Pauta: 2. Central de viagens.** A **Secretária Executiva** inicia a explicação, menciona o decreto que regulamenta a solicitação e a prestação de contas das viagens, solicita que os conselheiros façam a senha dos cartões para na próxima reunião eles receberem as diárias no próprio cartão. Diz que o fluxo se inicia no formulário de solicitação de viagem que deve ser preenchido pelos conselheiros, e que existem alguns limites, como por exemplo o custeio de combustível. Diz que é necessário entregar os recibos dos translados – táxi e uber -assim como a passagem de ônibus. Hospedagem e alimentação não é necessário ser comprovado. É necessário que todos os conselheiros assinem o relatório de viagem para ser incluído na prestação de contas. Ainda não é possível fazer o pagamento de diária para os conselheiros que residem em Curitiba, porém, é possível disponibilizar transporte pela Secretaria. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** expressa que não é garantido a disponibilização de transporte em todas as ocasiões. **Nardi/Povos Ciganos** diz que ela que comentou no grupo sobre a diária dos conselheiros de Curitiba, em que calcularam o valor e que poderia ficar complicado para alguns. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** menciona que os servidores que autorizam e aprovam esses casos tem o CPF registrado, e caso ocorram punições serão direcionadas a eles. **Ana Maria/Benzedeiras** comenta sobre o caso de realizar a devolução dos valores de passagem. **Secretária Executiva** explica que no caso dos conselheiros não gastarem o valor estipulado de translado e passagem, é necessário fazer a devolução, caso contrário, os mesmos ficam impossibilitados de realizar novas viagens. A **Secretária Executiva** abre o sistema da Central de Viagens e explica o porque as informações pedidas no formulário são importantes de serem preenchidas com atenção, com relação aos horários e os cálculos do sistema. Após a explicação, questiona se existe alguma dúvida. Explica a questão dos valores das passagens, que pode ser solicitado com uma margem a mais. Caso o gasto seja a mais que o solicitado existe a complementar. Pauta encerrada. O **Presidente** passa para a nova formação das comissões permanentes. **Pauta: 3. Recomposição das comissões permanentes.** Relata que ao surgir demandas dos conselheiros, essas podem ser trazidas e debatidas dentro do Conselho. As comissões existem para que essas solicitações possam ter um tratamento mais aprofundado, os documentos das reivindicações geralmente passam primeiro pelas comissões, onde é debatido e após o refinamento da pauta, ela é encaminhada para a discussão na plenária. As comissões devem ser paritárias e os convidados podem participar também, não há impeditivo para participar de mais de uma comissão, porém as reuniões ocorrem

nos mesmos dias e horários. **Daniel Andreatta/SEDEF** solicita que seja compartilhado o nome das comissões para quem está online. A plenária discute como farão a divisão. **Encaminhamentos: Comissão Permanente de Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural:** Silvana/Povos de Terreiro, Tatiane/Povos Ciganos, Rosemary/Quilombolas, Conceição/Caiçaras, Marilei/Faxinalenses, Sandra SEED, Polyanna SEMIPI, Jane SEJU e Ellen SEEC. **Comissão Permanente de Gestão e Financiamento:** Willian/Ribeirinhos, Laysmara/Povos de Terreiro, Misael/Ilhéus, Polyanna SEMIPI, Gustavo Mussi CC e Aloisio SEDEF. **Comissão Permanente de Saúde e Infraestrutura:** Suely/Cipozeiras, Rosangela/Ilhéus, Rosalina/Benzedeiras, Josil SEIL, Enzo SEES, Lucimar SESA. **Comissão Permanente de Território, Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e Segurança:** Laysmara/Povos de Terreiro, Misael/Ilhéus, Claudio/Pescadores Artesanais, Rodrigo/Povos Ciganos, Jean/Quilombolas, Felipe SEMIPI, Gustavo Mussi CC, Nara SEDEST, Danielle SEAB e Renata Torres SESP.**Pollyana/SEMIPI** solicita a inversão das pautas. A plenária aprova. **Pauta: 8. Programa do artesanato brasileiro.** **Pollyana/SEMIPI**inicia o informe sobre as atividades da coordenação de artesanato e as pautas que envolvem povos e comunidades tradicionais. O Programa dá a possibilidade do artesão participar das feiras nacionais que acontecem no Brasil todo. Anuncia que foi possível adicionar duas vagas para PCTs. As feiras têm públicos grandes e possibilita que o artesão empreenda em maior escala e representando o Estado. Estão fazendo trabalhos de mapeamentos e mutirões para realizar a carteira dos artesãos. Relata que gostaria do apoio do Conselho e dos conselheiros para realizar um trabalho de entender qual a função artesanal de cada segmento, e trabalhar com capacitação e desenvolvimento da produção e levá-los para as próximas feiras e cursos. E que o artesanato dos PCTs tenha poder de mercado também. Expressa que nas feiras falta muita representatividade da população do Paraná. **Rosalina/Benzedeiras** comenta sobre a associação de artesanato de Irati. **Pollyana/SEMIPI** fala da importância da representatividade de cada segmento no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB. **Nardi/Povos Ciganos** pergunta se para fazer a carteirinha é necessário fazer um vídeo. **Pollyana/SEMIPI** explica que para PCTs eles estão fazendo o atendimento diferenciado, através de mutirão. A plenária faz algumas perguntas com relação aos produtos que entram como artesanato e as perguntas são esclarecidas. **Pauta: 7. Curso de formação para conselheiros.** **Tatiani/SEMIPI** começa apresentação com slides sobre o curso, onde poderão participar conselheiros titulares e suplentes. Acontecerá nos dias 12 e 13 de dezembro de 2024. O objetivo é realizar a formação dos conselheiros. Apresenta os módulos e a programação do curso. Afirma que a maioria das dúvidas que muitos apresentaram hoje e a dinâmica do Conselho será explicada com mais detalhes. **Laysmara/Povos de Terreiro** pergunta se é possível a abertura de vagas regionais para os conselhos municipais. **Tatiani/SEMIPI** explica que no momento ele é presencial e direcionado aos conselheiros estaduais, mas que em breve será disponibilizado online. **Pauta: 4. Criação da comissão de Revisão do Regimento Interno.** O **Presidente**

direciona que a revisão deve se adequar a nova lei. A plenária discute e realiza a seleção. **Encaminhamentos:** Daniel SEDEF, Pollyana SEMIPI, Gustavo Mussi CC, Josil SEIL, Rene SETI, Misael/Ilhéus, Laysmara/Povos de Terreiro, Tatiane/Povos Ciganos, Silvana/Povos de Terreiro e Jean/Quilombolas Comissão aprovada. **Pauta: 5. Criação de comissões de acompanhamento de CPLI (Travessia Ilha do Mel, Aforamento e Plano de Uso de Solo da Ilha do Mel)**. O **Presidente** expõe a plenária que indique uma comissão de acompanhamento, sem interferência no processo. Ilustra a importância dessa comissão, pela frequência em que o Conselho é convidado a fazer o acompanhamento das consultas com os PCTs. **Encaminhamentos:** Gustavo Mussi CC, Felipe SEMIPI, Ellen SEEC, Claudio/Pescadores, Suely/Cipozeiros e Conceição/Caiçaras. Comissão aprovada. **Jean/Quilombolas** questiona se a ata da reunião será disponibilizada para os conselheiros. A **Secretária Executiva** explica que todas as atas são encaminhadas para aprovação do Conselho, e são enviadas para todos os conselheiros por e-mail 15 dias antes da próxima reunião. **Nara/SEDEST** questiona se a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST pode participar da comissão de acompanhamento. O **Presidente** explica que antes foi analisado pelo Conselho que não era interessante incluir a SEDEST e a Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEIL nessas comissões, por possíveis conflitos de interesse, já que são essas secretarias que estão promovendo a política. A participação pode ser feita como ouvinte. **Pauta: Eleição da Diretoria Geral.** O **Presidente** menciona que a presença não está vaga, foi eleita em maio do ano passado e prevista para dois anos de mandato, e como não existiu substituição do conselheiro, esse mandato está ainda válido. Essa diretoria nunca foi constituída pela ausência da primeira eleição da secretaria-geral e vice-secretaria geral, mas pode ser demandada no Conselho. Não existe previsão no regimento interno de coincidência de mandatos com a Conferência, pode vir como uma demanda de um mandato tampão. **Camile/Defensoria** sugere uma apresentação dos protocolos de consulta no Conselho. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** expressa que seja aberta uma aba no site do Conselho para inclusão dos protocolos de consulta. **Ana Carolina/MP** diz que os protocolos já estão sistematizados no site do Centro de Apoio Operacional de Proteção aos Direitos Humanos - CAOPJDH. **Misael/Ihéus** comenta que antes o antigo presidente já era Poder Público. Sugere mudar a presidência junto ao vice-presidente para a reorganização do Conselho, e que na próxima reunião na parte da manhã seja feito o diálogo entre sociedade civil separado do poder público para que seja eleito o presidente e o vice-presidente. **Laysmara/Povos de Terreiro** indica que seja eleito hoje o secretário-geral e o vice-secretário geral. A plenária discute como será a melhor forma de dar encaminhamento. **Encaminhamentos:** Na próxima reunião serão eleitos o vice-presidente e o secretário da sociedade civil e o poder público elege o vice-secretário. **Pauta: 9. ICMS – Faxinalenses.** **Gilmar/Faxinalenses** relata que não dependia do Governo pagar nada para eles, que poderiam pagar todas as despesas, no faxinal dele recebem 30 mil por mês. Porém nada é entregue à comunidade. Segundo a lei municipal, 80% dos valores é para o faxinal e 20% é para prefeitura. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** diz que existe

uma recomendação do MP para que seja repassado às comunidades, o ICMS ecológico, porém, por lei não é obrigatório. **Ketlin/Terra de Direitos** diz que o Estado pode colocar as regras para a distribuição. **Marilei/Faxinalenses** afirma que o recurso é disponibilizado pelo Estado, mas não chega nas comunidades. O Estado tem o compromisso de fazer com que os municípios executem esse recurso de forma correta. Esse valor é contabilizado e chega até os municípios para ser distribuído, mas na receita do município ele fica retido e não é feito esse investimento. É necessário um esforço do Conselho para que sejam pensadas ações que notifiquem e fiscalizem o repasse para as comunidades.O **Presidente** manifesta ser necessário discutir, mas é preciso de mais informações para domínio do tema. Aconselha que o Conselho busque compreender como funciona esse repasse, quais as obrigatoriedades e talvez trazer algum servidor da Secretaria da Fazenda - SEFA que tenha mais domínio sobre o assunto. **Ana Carolina/MP** aponta que faxinalenses têm regulamentação específica sobre ICMS Ecológico. É diferente em relação às outras comunidades tradicionais em virtude de existência das Áreas especiais de uso regulamentado - ARESURs. A plenária define que ficará a cargo da comissão de território o estudo da legislação que regula a distribuição do ICMS ecológico. **Misael/Ilhéus** cita a legislação municipal que regula essa questão, a lei 653/2008 Antônio Olinto. A **Secretária Executiva** abre a lei, fica comprovado que ela prevê que 80% do valor do ICMS ecológico deve ser repassado a associação. A plenária discute com relação ao encaminhamento que deve ser feito, a respeito da lei e a situação. **Encaminhamento:** ofício ao MP, NUPIER, e ao Tribunal de Contas, solicitando intervenção para fazer se cumprir a lei. **Pauta: 10. Ação AIFA.** **Aorelio/Caiçaras** anuncia que a Ação Integrada de Fiscalização Ambiental - AIFA, tem como base uma recomendação do MPF no qual a prefeitura de Paranaguá acata a recomendação. O MPF juntamente a Polícia Federal e prefeitura vêm realizando uma ação de derrubada de casas em Paranaguá. Relata que estão recebendo multas, sendo coagidos, sofrendo racismo ambiental. As comunidades não recebem aviso prévio e chegam sem mandato algum. O **Presidente** recomenda o Conselho realizar algo direcionado a própria prefeitura. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** observa que o escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT igualou os direitos dos PCTs ao direito indígena e com relação a isso recomenda que seja construído na comissão e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, 6° câmara do MPF, Conselho Superior do MPF uma denúncia para que seja averiguado o caso. **Misael/Ilhéus** reforça a necessidade da criação de um Procedimento Operacional Padrão - POP para todos os segmentos de PCTs, que seja trazido uma denúncia de cada segmento para que seja construído um documento. **Silvana/Povos de Terreiro** menciona que existe um documento de recomendação de como a Polícia Militar deve agir com os Povos de Terreiro. **Nardi/Povos Ciganos** diz que aconteceu o mesmo na barraca com os ciganos, dizem que não é lei e não respeitam. **Camile/Defensoria** afirma que é importante ter denúncias/relatos, para subsidiar a criação de um grupo de trabalho para essa questão, caso não exista. **Misael/Ilhéus** reforça o pedido de trazer uma denúncia por segmento para que seja construído o documento. **Nardi/Povos Ciganos** sugere

trazer um representante dos municípios através do convite às associações dos municípios. **Encaminhamentos:** Relatos de práticas abusivas e violações das forças de segurança, feitos pelos conselheiros da sociedade civil. Deve ser encaminhado por e-mail, e a sistematização ficará a cargo da comissão de Direitos Humanos. **Misael/Ilhéus** reforça a importância de realizarem B.O quando essas situações ocorrem. **Pauta: 11. Acesso a energia – Pescadores artesanais do litoral. Claudio/Pescadores Artesanais** relata que 8 comunidades estão sem luz elétrica ou solar na região de Guaraqueçaba, cerca de 100 famílias estarão em reunião dia 24 às 9h30 com o MP e COPEL para tratar a questão na Vila Fátima. **Encaminhamento:** ofício de convite para COPEL e SANEPAR às reuniões do Conselho. **Claudio/Pescadores Artesanais** afirma que existem comunidades próximas com energia solar e funciona para suprir as necessidades deles. **Encaminhamento:** recomendação à COPEL, MP e IAT do Conselho para que se faça as instalações nas comunidades. **Pauta: Resposta da COPEL referente ao acesso de energia solar dos Ilhéus. Encaminhamento:** recomendação à COPEL, MP e IAT do Conselho para que se faça as instalações nas comunidades. **Camile/Defensoria** fala que já há movimentações sobre a questão e tem interesse em tratar a questão. **Pauta: Regularização fundiária de pescadores artesanais e das comunidades quilombolas. Marcelino/Pescadores** comenta que nos municípios do litoral têm muitas comunidades em áreas da União e não há nenhuma movimentação em torno da legalização dessas comunidades o que gera diversos dos problemas já debatidos, de energia e despejos. **Presidente** precisamos de um levantamento das áreas. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** sugere que convide a Superintendência do Patrimônio da União - SPU à próxima reunião para tratar da questão. **Presidente** para convidar precisamos delimitar quais são as áreas e as comunidades. **Felipe Kamaroski/SEMIPI** não, podemos pedir para que ele nos apresente um relatório com essas comunidades, assim como o diagnóstico deles sobre como estão as áreas. **Encaminhamento:** convite ao SPU para que ele apresente quais são as áreas, os levantamentos e diagnósticos sobre as regiões do litoral. O MPF tem uma plataforma “territórios tradicionais” para garantir, monitorar e indicar as áreas, inclusive as que estão em região da união é interessante que todos se inscrevam lá. As pautas encerram e o presidente encerra a reunião.